

PFL acusa: PMDB tenta o golpe

Liberais obstruem o regimento "para salvar Sarney e Assembléia"

JOÃO EMILIO FALCAO
Repórter Especial



Os líderes do PFL estão convencidos de que a aprovação do projeto de decisão — permite reformar a atual Constituição por maioria absoluta de votos — faz parte da estratégia do PMDB para controlar todo o Governo. Os parlamentares do PFL, que ontem obstruíram a votação do Regimento, temem que o PMDB, com 54,4 por cento da Constituinte, adote um posicionamento contra o próprio presidente da República, como, por exemplo, a aprovação imediata do parlamentarismo.

A cúpula do PFL considera a Aliança Democrática está morta e atribui essa responsabilidade ao presidente José Sarney, que cometeu o grave erro político de fortalecer o PMDB, a ponto dele obter a maioria absoluta da Constituinte. O ideal seria, para os estrategistas do PFL, que o PMDB ficasse na dependência dos outros partidos.

ARTICULAÇÕES
Desde sábado último que parlamentares do PFL estão fazendo advertências aos ministros Marco Maciel (Gabinete Civil), Aureliano Chaves (Minas e Energia) e Jorge Bornhausen (Educação) sobre o que representa a criação do projeto de decisão, introduzido no substitutivo do relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), sem conhecimento do PFL.

O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS), recordou que em nenhum momento das negociações o senador Fernando Henrique Cardoso lhe falara sobre o projeto de decisão, justificado pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA) como indispensável para evitar que os "xiltas" (radicais de esquerda do PMDB) não aprovassem a convocação do ministro da Fazenda, Dilson Fuarro. Após entendimentos

mantidos com o ministro Marco Maciel, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), apresentou emenda, combinada com o deputado Carlos Sant'Anna, dando-se ao parágrafo 7 do artigo 58 a seguinte redação:

"Denomina-se projeto de decisão a proposição destinada a salvaguardar a Assembléia Nacional Constituinte, face a superveniência de fato novo, concreto, notório e de natureza grave que impeça seu funcionamento".

Lourenço, que viajou ontem em consequência do falecimento de sua sogra, retornando à noite, estava certo de que o PMDB aceitará sua proposta. As 18h, porém, com entrega do novo substitutivo de Fernando Henrique, o PFL verificou que a redação do parágrafo 7 do art. 58 não tinha sido alterada. Continuava sendo:

"Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte, não compreendidas nas demais proposições, necessitando ter o apoio de 1/3 dos constituintes e serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

A única alteração constatada foi a da numeração. O que era 58 passou a ser artigo 57.

ROMPIMENTO

A partir dessa verificação, o PFL começou a reunir suas forças para o que os deputados Saulo Queiroz (MS), secretário-geral, e Jayme Santana (MA), ami-

go pessoal do presidente da República consideraram a defesa do equilíbrio do Governo. O raciocínio predominante era muito simples: o PMDB estava disposto a manter o controle da Constituinte e do próprio Governo.

Esse domínio será exercido pelo projeto de decisão. Só o PMDB tem condições, isoladamente, de apresentar propostas com 1/3 de assinaturas. Para o PFL, o segundo partido, faltariam 37 assinaturas. Naturalmente que poderão ser feitas coligações.

O que mais preocupou o PFL foi a redação subjetiva do parágrafo 7. O que é "matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte"? Indaga um dos dirigentes do PFL. Como a questão é altamente subjetiva acrescenta - cabe tudo neste parágrafo. Amanhã ou depois o PMDB entende que, com a crise econômica, precisa reduzir o mandato do presidente da República. Quem o impedirá?"

Essa preocupação foi transmitida no início da noite, mais uma vez, ao Palácio do Planalto. Todo o Gabinete Civil foi movimentado para conseguir no PMDB os votos daqueles que, sendo do partido, são ligados ao presidente da República. "Nós - observava Saulo Queiroz - vamos para o confronto. A hora é de saber quem está com quem, com quem o presidente José Sarney pode realmente contar".

O PFL estava satisfeito em ter obtido algumas adesões, como a do PDS e do PL e esperava contar com o PTB e o PDT na votação de destaque do parágrafo 7. Essa união, porém, não tem muita importância. O PMDB tem 54,4 por cento da Constituinte e ainda recebeu o apoio dos partidos de esquerda. A única esperança do PFL é que os recados do Planalto consigam sensibilizar os amigos do presidente Sarney.

LUIZ MARQUES



Luis Henrique, Cardoso Alves e Fernando Henrique avaliam o impasse na Aliança

Relator: "bancadas em braço de ferro"

"A questão não está nos textos. O que há é que se entrou numa espécie de braço de ferro entre as bancadas". A declaração foi feita ontem pelo relator do Regimento Interno da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), sobre a ausência de acordo em torno dos projetos de decisão ligados à soberania da Assembléia, e que são tratados de forma diferente pelo seu substitutivo — com o apoio do PMDB — e por emenda do PFL. Segundo o senador, o PFL "está vendo muitos fantasmas".

— O PMDB tem tal maioria que se quisesse desestabilizar, não seria com uma emenda a mais. Não é preciso ter medo de que o PMDB vá fazer alguma coisa que perturbe a transição democrática — disse Fernando Henrique.

No início da noite, o senador dispunha de informações de que a bancada do PMDB não aceitaria qual-

quer alteração no texto do substitutivo, o mesmo acontecendo com a do PFL.

— Está nesse ponto. Mas nesta Casa as coisas são fluídas.

Fernando Henrique informou que o PT, o PCB e o PC do B iriam apoiar a sua proposta para os projetos de decisão, que surgiu de negociações dentro do PMDB. Ele disse desconhecer a posição que seria adotada pelo PDT, acrescentando que este partido "tem medo de fechar com o PMDB". Quanto à anunciada intenção de o PDT lutar pela aprovação de sua emenda que prevê projetos de lei constitucional, sem que para sua aprovação haja qualquer ameaça à Constituinte, o relator declarou que "é um elemento perturbador".

— Temos que aprovar logo o Regimento Interno e começar a elaborar a Constituição — concluiu.

Destaques impedem votação

As 22 horas, vários oradores, principalmente do PDS, se revezavam na tribuna procurando prolongar a sessão e impedir que se colocasse em votação, de imediato, o substitutivo do relator ao projeto de regimento. Estava em jogo a polêmica questão da soberania da Constituinte. O PDS, que sempre faz oposição ao Governo, se uniu desta vez ao PFL para atender as exigências do Palácio do Planalto.

A estratégia do Governo foi montada a partir do momento em que obteve a confirmação de que o relator, senador Fernando Henrique Cardoso, não havia feito qualquer alteração no parágrafo 7º do artigo 57, que trata dos projetos de decisão.

O parecer do relator foi distribuído aos constituintes por volta das 17 horas. A partir daí, começaram as reuniões e negociações. O PFL, reunindo a sua bancada, ameaçava inclusive não comparecer ao plenário para não dar quorum suficiente à votação. O PMDB, de outro lado, conseguiu o apoio dos pequenos partidos para aprovar o substitutivo.

Após a reunião, a bancada do PFL decidiu ir a plenário, mas com a tática de apresentar pedidos de destaque para várias emendas, principalmente a que trata da questão da soberania.

Da tribuna, o líder do PDS, deputado Amaral Netto, disse claramente que o seu partido iria pedir verificação de votação de todos os pedidos de destaque do projeto de regimento. "Previno-o, sr. presidente — ameaçou —, que serão mais de 300 votações nominais. Quero ver votar isso antes do carnaval. Digo que o povo não entenderá. Entenderá que não poderá aceitar esse Regimento. Isso é uma porcária, com o perdão da má palavra".

No microfone, inúmeros parlamentares discutiam o substitutivo, mas ninguém prestava atenção. A medida que o tempo passava, constituintes do PFL e do PDS se inscreviam para falar e com isto, prolongar a sessão, para aflição do

PMDB. A sessão, que começou com atraso de meia hora (às 20 horas), era destinada a discussão do regimento.

No plenário, a movimentação era intensa. Um deputado do PFL confessou aos jornalistas que, na tática de cindir o PMDB, era fundamental votar o substitutivo item por item, porque a partir daí seria possível mapear quem é e quem não é a favor do Governo. E explicava: "Quem tem e quem não tem juízo". De acordo com ele, o Governo sai da votação consciente definitivamente de que pode contar com 200 a 220 parlamentares, sendo 92 deles do próprio PMDB.

A tática do PMDB com o apoio dos pequenos partidos era outra. Colocar em votação o substitutivo em bloco, ressaltando os destaques. De acordo com os líderes, aprovado o substitutivo, seria mais difícil para o PFL e PDS aprovar os destaques porque seriam necessários os votos a favor de 280 constituintes. Daí, a estratégia do PDS e PFL de adiar a votação porque, na sessão da noite de ontem, percebia-se claramente que o número de constituintes em plenário era reduzido.

As 21 horas, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte deputado Ulysses Guimarães, deixou a direção dos trabalhos para se reunir com as lideranças. Eles estavam acertando uma tática para viabilizar a aprovação do substitutivo hoje, impreterivelmente.

As negociações continuaram em plenário e fora dele. Em certo momento, o líder do PDS levantou de sua poltrona e recebeu um recado: "E inegociável". Tratava-se da questão da soberania que o Palácio do Planalto não admite ver aprovada nos termos propostos pelo PMDB.

Na conclusão em que se transformou a sessão, às 23h30, quando ela foi encerrada, não se sabia com certeza o que poderia acontecer hoje. O grande problema para o PMDB e, principalmente para o presidente Ulysses Guimarães, são os cerca de 300 pedidos de destaque e as ameaças de obstrução da votação por parte do PDS e PFL.

Partidos não se entendem

Apesar de várias reuniões ao longo do dia, o PMDB e o PFL não chegaram ontem a um acordo sobre o texto do Regimento Interno da Constituinte na parte relativa aos projetos de decisão, que estão vinculados à soberania da Assembléia. O PMDB não aceitou a redação concebida pelo Gabinete Civil para evitar a revogação de dispositivos da Constituição em vigor, e que foi sugerida em emenda do PFL. Este partido, por sua vez, manteve-se inabalável na decisão de não aceitar o teor da proposta do relator do Regimento, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP). No início da noite, PMDB e PFL preparavam-se para um embate no plenário.

A tarde, reuniram-se para discutir o assunto, no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, os líderes do PMDB no governo, Carlos Sant'Anna, na Câmara, Luiz Henrique, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi.

Nenhum acordo foi obtido, porque o PFL insistiu em que fosse explicitada a expressão "matéria de relevância" para a apresentação de projetos de decisão.

— Há uma dificuldade política, porque houve uma negociação interna do PMDB, da qual não participaram os demais partidos — disse Righi após a reunião, informando que partilhava das preocupações do PFL.

Ainda segundo Righi, a dificuldade para um acordo era a posição da bancada do PMDB, que não abria mão do texto proposto por Fernando Henrique Cardoso, e que surgiu de uma negociação entre Sant'Anna e o grupo Pró-Soberania. Luiz Henrique admitia os obstáculos para uma alteração da redação, lembrando que "houve uma negociação longa com o PMDB".

Carlos Sant'Anna admitia a mesma possibilidade, afirmando que o texto de Fernando Henrique surgiu de um acordo, e constou do primeiro substitutivo.

— O assunto está praticamente encerrado — declarou.

A rejeição do PMDB ao texto desejado pelo governo não era esperada pelo Palácio do Planalto. O governo acreditava que o partido iria aceitar a fórmula sugerida na emenda do PFL, sob pena de perder em plenário, já que havia indícios de que a maioria dos constituintes não agradava a proposta do substitutivo. Além disso, temia que com a redação dada por Fernando Henrique fosse aberto um espaço para a discussão da redução do mandato do presidente Sarney, acreditando mesmo que esta era a intenção do PMDB.

Em encontros com Fernando Henrique, Ulysses Guimarães e Luiz Henrique orientaram-no para manter o texto. Já o PFL, que se reuniu após tratar do assunto com o PMDB, rejeitou a forma encontrada pelo relator. Rejeitou também a informação de que a emenda havia sido inspirada pelo governo. O deputado José Thomaz Nôno (AL), um dos mais envolvidos na discussão do Regimento, garantiu que a emenda havia sido redigida por ele.

Cardoso não muda ponto polêmico

O dispositivo mais polêmico do primeiro substitutivo ao Regimento Interno da Constituinte — sobre os projetos de decisões, que afirmam a soberania da Assembléia — foi mantido pelo relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), no novo substitutivo. O senador argumenta que não encontrou bases para alterá-lo, porque as propostas sobre o tema eram muito contraditórias.

— Uns querem mais, outros menos. Mantive também o preâmbulo, porque ele significa uma compreensão inicial do PMDB sobre soberania. Fernando Henrique não aceitou as emendas que pretendiam reduzir o número mínimo de constituintes para a apresentação de projetos de decisões — um terço dos parlamentares — e que visavam a impedir o arquivamento definitivo das proposições na hipótese de parecer contrário da comissão de Sistematização. Esclareceu que manteve tais exigências "para evitar a excitação e a demagogia pura".

O relator acolheu, entretanto, a reivindicação dos pequenos partidos de reduzir o número de parlamentares exigido para a apresentação de requerimentos. Pelo substitutivo anterior, eram necessários 56 ou 94 constituintes para o apoio de pedidos, dependendo de sua natureza, e Fernando Henrique baixou para 35 na maioria dos

casos, fixando, entretanto, o número de 94 para as iniciativas de alteração do Regimento Interno e de requerimento de urgência.

Também foram aceitas as emendas acabando com as discriminações entre as lideranças com bancadas de mais ou menos de 15 constituintes. O senador acabou com a possibilidade de sessões secretas da Assembléia, "para evitar as paranóias", mantendo, entretanto, as votações secretas — para a eleição da Mesa e para casos de economia interna, como por exemplo processos contra constituintes e quebra do decoro parlamentar.

No novo substitutivo, Fernando Henrique amplia a inviolabilidade dos constituintes, para garanti-lo fora dos limites do prédio do Congresso Nacional, ao prever que os constituintes são invioláveis no exercício das funções do mandato, e não mais no exercício de suas funções. Outro ponto alterado pelo relator foi o da Comissão de Sistematização, cujas atribuições foram reduzidas, diante das críticas de que as previstas no primeiro substitutivo conferiam poder em excesso ao órgão. Pelo novo texto, os membros dessa comissão não poderão mais acompanhar os trabalhos das demais comissões. Além disso, a comissão não será mais a responsável pela elaboração das normas gerais, e das disposições finais e transitórias da

nova Constituição, - que caberá a todas as comissões - e nem poderá deixar de incluir medidas aprovadas pelas demais, devendo apenas compatibilizá-las.

Fernando Henrique modificou também a parte relativa ao funcionamento da Câmara e do Senado, estabelecendo que as duas Casas se reunirão não apenas em caráter extraordinário, mas "para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional". E disciplinou a forma de um constituinte apresentar projeto de resolução sobre a consulta popular ao novo texto da Constituição. A presença de filólogos para assessorar a Comissão de Sistematização foi dispensada, a partir de algumas emendas contestando a sua necessidade.

Um dos itens que mereceram maior número de emendas foi o relativo aos requerimentos de informações. Os pequenos partidos queriam reduzir as limitações a esses pedidos, e facilitar a sua tramitação, mas não foram atendidos pelo relator. Segundo Fernando Henrique, no novo substitutivo o critério que adotou foi o seguinte: na hipótese de as emendas coincidirem, serão acolhidas. Caso contrário, rejeitadas e com sua solução deixada para o plenário.

— Não inovei para não ter que fazer outro substitutivo e abrir prazo novamente para emendas — disse o senador.

LUIZ MARQUES



PFL se reúne e decide obstruir a votação

Veja aqui o motivo da briga

O artigo 57 da proposta de regimento interno da Constituinte, que está provocando o racha definitivo entre o PMDB e o PFL, trata dos chamados projetos de decisão, com os quais a Assembléia pode mudar a Constituição em vigor.

O texto original é do senador Fernando Henrique Cardoso e dá todos os poderes aos constituintes. Mas o PFL apresentou emenda visando a alterá-lo.

O PMDB quer a seguinte redação:

"Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte, não compreendidas nas demais proposições, necessitando ter o apoio de um terço dos constituintes, e serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

A redação proposta pelo PFL é esta:

"Denomina-se projeto de decisão a proposição destinada a salvaguardar a Assembléia Nacional Constituinte, face a superveniência de fato novo, concreto, notório e de natureza grave que impeça seu funcionamento."